

CAMINHOS PARA O FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO EM 2025



TALANOA
políticas climáticas



E3G

Os impactos climáticos estão se intensificando em todo o mundo, com consequências devastadoras. A escala crescente dos desastres climáticos só é comparável à lacuna cada vez maior de financiamento para enfrentá-los.

Estima-se que o déficit anual de recursos necessários para os países em desenvolvimento se prepararem e adaptarem às ameaças climáticas varie entre US\$ 187 bilhões e US\$ 359 bilhões. Sem uma resposta coordenada e urgente, essa lacuna continuará a crescer, aprofundando desigualdades e comprometendo a resiliência global.

A expectativa é que a adaptação esteja entre os pilares do pacote político final da COP30. Ainda que não haja uma negociação específica sobre financiamento da adaptação, o tema permeia múltiplas frentes e deve ser articulado com coerência — da definição de metas globais ao alinhamento dos fluxos financeiros (Art. 2.1(c)).

Considerando que existem desafios compartilhados entre países em desenvolvimento e que o Brasil pode desempenhar um papel importante na construção de caminhos para adaptação e resiliência climática, este documento interpreta e adapta para o contexto brasileiro a publicação Pathways Towards Resilience, que propõe metas para transformar o financiamento da adaptação, traçando uma agenda prática para 2025 e detalhando o que precisa acontecer ao longo do ano para que as metas sejam alcançadas e que os países estejam melhor preparados para enfrentar o futuro.

O PROBLEMA: POR QUE A ADAPTAÇÃO AINDA NÃO TEM ESCALA?

Em nossa visão, há 3 principais razões para isso:

1 ADAPTAÇÃO AINDA ESTÁ NO BANCO DE RESERVA DAS PRIORIDADES POLÍTICAS

Muitos países em desenvolvimento ainda não elaboraram seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) – até o momento, apenas 66 foram depositados na UNFCCC. Sem esses planos, fica difícil saber onde investir, como priorizar ações e atrair recursos. Além disso, a maioria dos dados sobre financiamento para adaptação vem apenas de fontes internacionais. E não porque o setor privado ou os governos nacionais não estejam fazendo nada, mas porque simplesmente não temos sistemas para acompanhar isso. E por que não temos? Porque a adaptação nunca foi tratada como prioridade política. Isso cria um ciclo vicioso: sem atenção política, não se criam sistemas para rastrear os investimentos. Sem esses sistemas, não há dados confiáveis. Sem dados, a adaptação segue invisível nos orçamentos, nos planos e nas ações. Para mudar esse cenário, é preciso ampliar o apoio para que mais países façam seus NAPs, incluir adaptação nos orçamentos pú-

blicos e tornar tudo isso rastreável. Isso não só mostrará que o país está levando o tema a sério, mas também ajuda a atrair mais investimentos privados para soluções de resiliência.

2 O FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO AINDA É PROFUNDAMENTE INSUFICIENTE, FRAGMENTADO E INACESSÍVEL AOS MAIS VULNERÁVEIS

O déficit global de financiamento para adaptação pode atingir até US\$ 388 bilhões por ano até 2030⁽¹⁾. Mesmo que a meta de US\$ 40 bilhões até 2025 seja cumprida, ela cobre apenas cerca de 10% da necessidade estimada⁽²⁾. Além disso, os fluxos atuais são concentrados, segundo a OCDE, os países de baixa renda receberam menos de 10% de todo o financiamento climático fornecido e mobilizado por países desenvolvidos entre 2016 e 2022⁽³⁾, com baixa penetração em estados frágeis, ilhas pequenas e regiões altamente vulneráveis. Esses países enfrentam entraves estruturais: altos custos de capital, falta de dados confiáveis e baixa capacidade institucional.

(1) UNEP, Adaptation Gap Report 2024

(2) UNEP, Adaptation Gap Report 2024

(3) OECD, Climate Change Expert Group Paper No.2024

3 O SETOR PRIVADO PERMANECE À MARGEM

Embora os dados sobre investimentos privados em adaptação muitas vezes não estejam disponíveis ou sejam mal compreendidos (ou seja, investimentos relevantes podem não ser capturados), estima-se que apenas 3% a 5% do financiamento climático privado global seja direcionado à adaptação, com forte concentração em iniciativas lideradas por grandes empresas em países emergentes⁽⁴⁾. Há um desequilíbrio sistêmico

que prioriza projetos de mitigação com retorno financeiro mais claro, deixando a adaptação dependente de recursos públicos e subdimensionados.

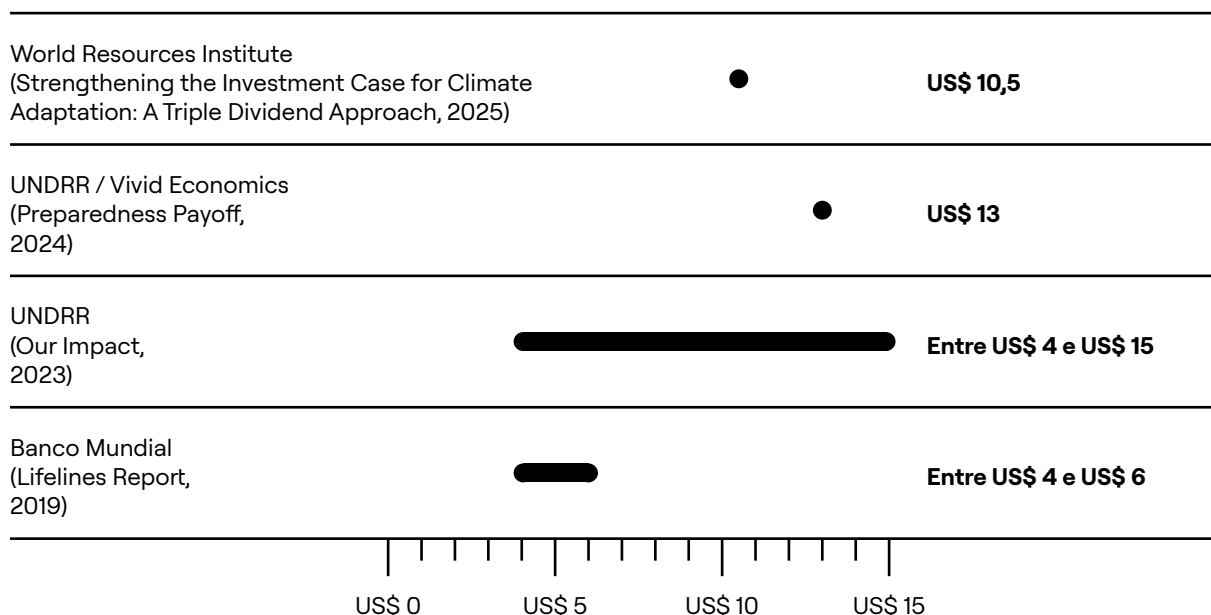
O ARGUMENTO PARA A SOLUÇÃO

Uma boa adaptação gera um bom desenvolvimento. Estima-se que cada dólar investido em adaptação possa gerar até US\$ 15 em benefícios econômicos, segundo estudos do World Resources Institute (WRI), Banco Mundial, OCDE e do Global Center on Adaptation, conforme tabela a seguir.

Cada dólar conta – e rende muito mais

Estudos mostram que cada US\$ 1 aplicado em adaptação e resiliência climática pode gerar até US\$ 15 em benefícios econômicos – evitando perdas, reconstruções e impactos sociais de desastres

Perdas futuras evitadas em cada US\$ 1 investido



(4) Climate Policy Initiative, Global Landscape of Climate Finance. 2023

Nesse sentido, adaptação não é custo, é um investimento, especialmente no contexto de uso de recursos dos contribuintes. Por outro lado, há uma tragédia no horizonte: os impactos da mudança do clima se acumulam no longo prazo, mas os sistemas políticos e financeiros operam com ciclos curtos e interesses imediatos. Essa miopia estratégica alimenta a subpriorização crônica da adaptação.

Para enfrentar esse descompasso entre o curto prazo das decisões políticas e financeiras e o longo prazo dos impactos climáticos é necessário intervir nos incentivos, tentar trazer os possíveis ganhos e economias futuras para o presente. Assim como também há necessidade de intervir nas regras do jogo e na forma como definimos valor e risco.

Nesse sentido, é essencial ampliar o espaço de financiamento para adaptação, não apenas para desenvolver soluções escaláveis mas para criar mecanismos financeiros e fiscais que premiem investimentos em adaptação hoje, e até mesmo promover a inclusão de projeções de riscos climáticos e custos de inação nos orçamentos nacionais e municipais.

A partir do Pathways, identificamos três frentes de ação para fechar as lacunas e avançar com o argumento acima. O Brasil pode liderar uma nova abordagem internacional, ancorada em:

● **ESCALAR O FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO IMPULSIONAMENTO POLÍTICO:**

Fortalecer a atenção política para o financiamento da adaptação, buscando elevar a disponibilidade e fontes de recursos, especialmente em condições concessivas e com foco na justiça climática.

● **MELHORAR QUALIDADE E ACESSO:**

Garantir que os fundos cheguem com rapidez, impacto e alinhamento com as necessidades reais dos territórios e comunidades.

● **FORTALECER POLÍTICAS E**

PLANEJAMENTO: Integrar a adaptação em instrumentos nacionais, garantir coerência com quadros internacionais e ampliar a cooperação multissetorial.

RECOMENDAÇÕES

A) IMPULSIONAR O COMPROMISSO POLÍTICO PARA ELEVAR O FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO

Como presidência da COP30, o Brasil tem uma oportunidade histórica de reforçar o engajamento político para que o financiamento para adaptação destrave, enfrentando uma das maiores contradições do regime climático atual: os países mais vulneráveis aos impactos da crise climática são também os que menos recebem apoio financeiro para se preparar e se proteger.

Essa liderança pode ser usada para articular e conectar diferentes fóruns que oferecem entradas diplomatas e financeiras reais para escalar a adaptação:

● **O Diálogo de Alto Nível para Adaptação e o Baku to Belém Roadmap, criados sob a UNFCCC, oferecem plataformas para novos compromissos e mobilizar atores diversos;**

● O Diálogo de Sharm El Sheik sobre o artigo 2.1(c), colocou a adaptação como um dos focos principais do primeiro workshop de 2025, oferecendo uma importante entrada para avançar na construção de consenso que assegure a centralidade da adaptação na sua implementação;

● O futuro do Fundo de Adaptação também exige atenção: a transição para operar exclusivamente sob o Acordo de Paris está paralisada, e a composição do Conselho, com vagas do Anexo I ainda não preenchidas, é um obstáculo adicional. Resolver essas pendências pode destravar novas contribuições em 2025;

● O Diálogo dos Emirados Árabes Unidos (EAU) sobre a implementação do Global Stocktake (GST), é uma oportunidade para fomentar cooperação e ambição no âmbito da adaptação climática. Na busca de soluções que respondam às necessidades de fornecimento e mobilização de apoio financeiro para países em desenvolvimento, a adaptação não pode ser deixada de lado;

● O Círculo de Ministros das Finanças para Ação Climática é outro fórum-chave para integrar adaptação às decisões econômicas e fiscais;

● Iniciativas como o Champions Group on Adaptation Finance e o Climate and Development Ministerial já se comprometeram a escalar o financiamento para adaptação e a incluir o tema no debate sobre regras, métricas e incentivos

da arquitetura financeira;

● O G20, presidido pela África do Sul, tem capacidade de alinhar as maiores economias do mundo em torno da reforma da arquitetura financeira internacional e pressionar os bancos multilaterais a ampliar o financiamento à adaptação.

Esses pontos de entrada são reais. O desafio agora é usá-los de forma coordenada e com foco em resultados. A presidência brasileira da COP30, por meio de eventos e intervenções durante a SB62, tem a chance de antecipar sua visão sobre o pacote de resultados e de sinalizar quais avanços considera essenciais para o financiamento da adaptação. A expectativa é crescente: haverá, enfim, uma “decisão de cobertura” que ancore a ambição? Nesse sentido, recomendamos:

1. Fortalecer a previsibilidade e a escala do financiamento para adaptação no contexto do novo objetivo global (NCQG)

A COP30 pode ser o momento de fortalecer os sinais políticos em torno da adaptação, conectando a necessidade de previsibilidade e escala ao processo em curso de implementação do Novo Objetivo Coletivo Quantificado de Financiamento Climático (NCQG). Embora o compromisso de duplicar os recursos de adaptação até 2025, acordado na COP26, tenha sido um passo relevante, trata-se de uma linguagem não vinculante (“urge”) que cobre apenas entre 5% e 10% da necessidade estimada.

Por isso, é necessário avançar na construção de referências futuras ainda mais claras e mensuráveis para orientar fluxos futuros de financiamento à adaptação. Apesar do compromisso assumido no Acordo de Paris de “assegurar um equilíbrio entre mitigação e adaptação”, essa formulação não tem gerado os incentivos necessários para escalar o financiamento. Ela foi repetida na decisão de Baku sobre o NCQG, na COP 29, porém faltam parâmetros específicos que orientem o aumento de recursos concessionais, melhorem a previsibilidade dos fluxos e possibilitem o monitoramento dos aportes em adaptação, em especial os públicos e, sempre que possível, também privados. Uma abordagem viável pode combinar diferentes tipos de instrumentos, como metas coletivas, metas determinadas nacionalmente ou compromissos voluntários baseados em princípios de equidade e necessidade. O mais importante é garantir que qualquer caminho escolhido promova:

- **Maior volume de recursos concessionais e a fundo perdido, bem como financiamento acessível baseado em dívida;**

- **Transparência, previsibilidade e rastreabilidade nos fluxos financeiros;**

- **Clareza sobre o papel de fontes públicas e privadas;**

- **Sinais concretos sobre como os compromissos da COP29 de triplicar os fundos da UNFCCC até 2030 serão implementados na prática, incluindo a recomposição (replenishment) de mecanismos essenciais como o Fundo de Adaptação, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Verde do Clima (GCF) e o Fundo dos Países Menos Desenvolvidos;**

- **Oportunizar a construção de consenso sobre um programa de trabalho que acelere a implementação do 2.1(c), garantindo que adaptação e resiliência climática sejam incluídas como temas centrais na implementação deste, que é um dos objetivos do Acordo de Paris.**

2. Pressionar os bancos multilaterais e financiadores públicos a estabelecer metas ambiciosas

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) se comprometeram a fornecer US\$ 120 bilhões em financiamento climático para países de baixa e média renda até 2030(5), mas ainda há necessidade de assegurar que a adaptação ganhe uma proporção relevante disso. Para isso, é necessário que os MDBs:

- **Definam metas ambiciosas e específicas para adaptação;**

(5) Joint Multilateral Development Banks (MDBs) Statement for COP 29 – MDBs’ Support to Implementing the Paris Agreement

- Usem de modo mais eficiente o capital já disponível, por meio da otimização de balanços e outros instrumentos financeiros sem afetar sua classificação de crédito, garantindo que esses esforços resultem, de fato, em um aumento significativo e urgente de recursos concessionais e acessíveis para os países que mais precisam;

- Aumentar a oferta de recursos concessionais de forma urgente;

- Conectar essas metas às reformas em curso na arquitetura financeira internacional (IFA).

3. Mobilizar o setor privado com liderança política e sinais estratégicos

A presidência da COP 30 pode usar seu poder de articulação e influência para impulsionar uma nova mensagem política sobre o papel do setor privado na adaptação. Deste modo, ela poderá acelerar o debate, conectar atores, remover barreiras e dar escala a soluções que hoje ainda operam à margem. Isso inclui:

- **Convocar uma agenda de alto nível sobre financiamento privado para adaptação, reunindo bancos centrais, instituições financeiras, seguradoras e fundos de investimento ao longo do segundo semestre de 2025, como parte do Círculo de Ministros de Finanças e**

do Baku–Belém Roadmap;

- **Ampliar a visibilidade de instrumentos que já funcionam, como seguros paramétricos, green bonds adaptativos e fundos blended, incluindo-os nos eventos principais da COP 30;**

- **Promover um chamado político para que instituições financeiras privadas reportem e ampliem seus investimentos em adaptação, com foco em soluções locais e em territórios vulneráveis;**

- **Criar uma coalizão voluntária de instituições que queiram liderar no tema, espelhando iniciativas já existentes em mitigação (como GFANZ), mais voltadas à resiliência.**

B) MELHORAR A QUALIDADE E O ACESSO AO FINANCIAMENTO

Hoje, o desafio não é apenas a escassez de recursos, mas a forma como eles são disponibilizados. Países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentam duas barreiras centrais: o alto custo do capital, que compromete a sustentabilidade da dívida pública, e os entraves estruturais e procedimentais que dificultam o acesso aos fundos disponíveis. Enquanto isso, comunidades vulneráveis, já expostas aos impactos das mudanças do clima, seguem à margem das soluções. Melhorar a qualidade e o acesso ao financiamento é condição indispensável para que a adaptação aconteça no território e gere impacto real.

As recentes negociações sobre o NCQG forneceram uma plataforma para tratar essas questões. Três parágrafos decisivos do texto acordado consolidaram prioridades claras para a melhoria do acesso, tanto em canais multilaterais quanto bilaterais. Esses avanços oferecem um momento político oportuno para o Brasil atuar de forma propositiva e estratégica. Nesse sentido, recomendamos:

- **A consulta sobre o Roadmap Baku–Belém na SB62 evidenciou uma expectativa crescente para que a adaptação tenha papel destacado na mobilização dos US\$ 1,3 trilhão até 2035. Para isso, é necessário incluir compromissos mensuráveis e indicadores claros, assim como um plano de ação para melhorar a qualidade do financiamento para adaptação, oferecendo uma definição comum do que se constitui financiamento para adaptação, aumentar o espaço fiscal dos países em desenvolvimento e priorizar instrumentos que não gerem nova dívida;**

- **Revisão dos critérios de análise de dívida e risco de crédito, incorporando os benefícios da adaptação e os custos da inação climática. Essa mudança pode ser ancorada no processo de Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI e Banco Mundial, bem como no trabalho do Grupo de Especialistas em Dívida,**

Clima e Natureza. O vínculo entre endividamento e vulnerabilidade climática exige respostas integradas, como a reestruturação ou o refinanciamento de dívidas insustentáveis para liberar espaço fiscal e permitir investimentos produtivos em resiliência;

- **Enfrentamento de barreiras estruturais no acesso ao financiamento por parte de bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos climáticos, traduzindo compromissos políticos em medidas práticas: acesso direto, redução do tempo e dos custos de transação, e simplificação de exigências burocráticas;**

- **Implementação do Marco dos Emirados Árabes Unidos para Resiliência Climática Global, com foco na operacionalização de indicadores financeiros que permitam rastrear o progresso, orientar os investimentos e ampliar o impacto das ações de adaptação.**

Essas diretrizes dialogam diretamente com as prioridades que o Brasil já vem fortalecendo domesticamente e pode acelerar ainda mais. Se o país mantiver o foco na economia real, criará um terreno fértil para transformar recomendações em políticas e projetos com impacto tangível. Algumas frentes possíveis:

- **Priorizar projetos com impacto mensurável em infraestrutura resiliente, agricultura adaptada e saúde, direcionando recursos públicos e privados para iniciativas que tragam soluções concretas para comunidades em situação de vulnerabilidade;**

- **Aproveitar iniciativas multilaterais existentes, como o Early Warnings for All, a Race to Resilience e o Tropical Forest Forever Facility (TFFF), para fortalecer o vínculo entre qualidade do financiamento e resultados reais, com métricas claras e foco na escala;**

- **Fortalecer a presença em fóruns estratégicos, como o G20, o Ministerial de Clima e Desenvolvimento e os debates sobre reforma da arquitetura financeira internacional. O Brasil pode apoiar propostas que conectem a vulnerabilidade climática à sustentabilidade da dívida e defender soluções estruturais, como garantias públicas, instrumentos de de-risking e mecanismos não onerosos para os países;**

- **Focar em casos de sucesso já em curso, com modelos financeiros testados e impactos verificados, é essencial para sair do campo da promessa e mostrar que a entrega é possível: sair da análise e avançar para a implementação.**

Por fim, o Brasil pode exercer um papel de liderança, usando sua rede de climate envoys e sua influência internacional

para demonstrar, com exemplos concretos, que a adaptação deve ser tratada como prioridade estratégica de desenvolvimento.

C) PLANEJAMENTO, POLÍTICAS E PARCERIAS

Planos bem desenhados são a base da adaptação efetiva, mas só funcionam se estiverem plenamente integrados às políticas públicas em todos os níveis: nacional, setorial e local. Instrumentos como os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ambos com nova rodada prevista até a COP 30, são fundamentais para conectar as estratégias lideradas pelos países aos compromissos internacionais.

O desafio é que muitos países em desenvolvimento não contam com os recursos necessários para elaborar NAPs robustos. Nesse contexto, é essencial que a adaptação ganhe mais centralidade nas NDCs e nas comunicações sobre adaptação. Para isso, o apoio técnico e financeiro dos países desenvolvidos é determinante. Nesse sentido, recomendamos:

- **As negociações do Global Goal on Adaptation (GGA) este ano buscarão consolidar um conjunto mais enxuto de indicadores, reduzindo uma proposta inicial de 490 para cerca de 100. É necessário concluir esses indicadores, com possível vinculação a meios de implementação, para que as metas de adaptação deixem de ser apenas aspiracionais e passem a ser rastreáveis, monitoráveis e acionáveis;**

● **Reforçar o chamado para que todos os países apresentem NAPs adequados ou, no mínimo, NDCs com componentes de adaptação consistentes, alinhados a frameworks internacionais como o UAE Framework for Global Climate Resilience e aos Relatórios Bienais de Transparência. Essa integração fortalece a capacidade de orientar investimentos e direcionar o fluxo de financiamento externo de forma mais eficaz;**

● **O processo Ministerial de Clima e Desenvolvimento deve avançar na implementação de financiamentos programáticos liderados pelos países, apoiando plataformas nacionais que alinhem os NAPs e os planos de investimento em adaptação a ações concretas e de longo prazo. Essas abordagens multi anuais são mais eficazes para consolidar a resiliência no território;**

● **Os UN High-Level Climate Change Champions, agora com os brasileiros Dan Ioschpe e a jovem Marcele Oliveira, devem criar uma plataforma multissetorial, com base em iniciativas como a Marrakech Partnership, para fomentar parcerias, estimular ações coordenadas e ampliar o apoio político e financeiro rumo às metas de adaptação estabelecidas no Global Stocktake e no Objetivo Global de Adaptação (GGA), até 2030.**

O BRASIL PODE MOSTRAR O CAMINHO

O Brasil já deu passos relevantes. A NDC apresentada na COP29 incluiu, pela primeira vez, uma seção dedicada à adaptação, sinalizando que o tema passou a ocupar lugar de destaque na política climática nacional. A consolidação da agenda de adaptação na NDC brasileira foi atribuída ao novo Plano Clima, que encerrou recentemente a consulta pública dos 16 planos setoriais de adaptação. Agora, o desafio é conectar esse trabalho aos mecanismos financeiros.

Temos a chance de chegar na COP30 como um caso exemplar de implementação em adaptação, demonstrando que é possível transformar compromissos internacionais em políticas públicas, financiamento estruturado e resultados concretos no território.

Para isso, é preciso consolidar e articular os instrumentos que já estão em construção:

● **O país está desenvolvendo 16 planos setoriais alinhados à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Eles são uma oportunidade concreta de integrar a adaptação às políticas públicas de forma transversal e estruturada. É fundamental que esse processo inclua financiamento direto para atores locais, como povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e juventudes;**

● Está em curso um diálogo com o governo federal para mobilizar o setor privado e fortalecer a adaptação como uma agenda de desenvolvimento econômico. O envolvimento de empresas pode ampliar investimentos em soluções resilientes e gerar novas oportunidades;

● A articulação do NAP com os planos setoriais e os demais instrumentos em desenvolvimento é essencial. Ainda não há uma data definida para sua submissão, mas é desejável que ele reflita uma visão integrada de médio e longo prazo e seja acompanhado por um plano de investimentos estruturado;

● Fundo Clima: É estratégico sinalizar, ainda em 2025, a adaptação como prioridade de financiamento. Esse direcionamento pode viabilizar a implementação dos planos em curso e fortalecer o ambiente institucional e financeiro para a ação;

● A plataforma Brasil Investment Platform (BIP) atualmente não trata a adaptação de forma explícita. Recomenda-se incorporar esse eixo diretamente, com chamadas públicas e estruturação de um pipeline de projetos resilientes ao clima;

● A versão atual da taxonomia brasileira contempla a adaptação de maneira ainda incipiente. Aprofundar esse componente pode oferecer sinalizações mais claras ao mercado e orientar investimentos consistentes com a agenda de resiliência;

● Criar novas janelas de financiamento em bancos públicos nacionais através de mecanismos específicos para financiar adaptação por meio de instituições financeiras públicas, algo que requer amadurecimento e coordenação entre entes federais, estaduais e locais.

CRONOGRAMA PARA 2025

A implementação das ações propostas exige aproveitar os diversos momentos políticos-chave que ocorrerão em 2025, nos âmbitos global, nacional e regional. Estes espaços são oportunidades fundamentais para gerar impulso político e avançar na agenda de adaptação e resiliência. Alguns dos principais marcos globais deste ano incluem:

● O processo da UNFCCC, com negociações e reuniões técnicas ao longo do ano, culminará na COP30 em Belém, momento em que o Brasil poderá consolidar o tema da adaptação como prioridade global;

A presidência brasileira tem a oportunidade de construir convergência política e oferecer diretrizes claras para acelerar a implementação de soluções nos países mais vulneráveis;

● Os encontros do G20 e do G7 podem sinalizar o compromisso das maiores economias do mundo com essa agenda e serão centrais para avançar na reforma da arquitetura financeira internacional, elemento-chave para ampliar a qualidade e a quantidade do financiamento climático. O legado da presidência brasileira do G20 na agenda do financiamento da adaptação pode ser um importante elemento de convergência, agora sob liderança da África do Sul;

● Os bancos multilaterais de desenvolvimento, cujas decisões estratégicas passam por seus conselhos de governança, também devem ser pressionados a priorizar investimentos em adaptação. O Brasil pode exercer influência junto a esses fóruns, defendendo o fortalecimento de instrumentos financeiros que atendam às realidades dos países em desenvolvimento, inclusive com foco em governos locais e comunidades vulneráveis;

● As iniciativas "Financiamento para o Desenvolvimento" e o Encontro Ministerial sobre Clima e Desenvolvimento representam oportunidades adicionais para manter a resiliência no centro da diplomacia climática e para o Brasil afirmar sua liderança em uma agenda que concilia justiça climática, crescimento inclusivo e responsabilidade global;

● Além disso, as Semanas Regionais do Clima e fóruns da sociedade civil podem ativar compromissos de atores não estatais e amplificar mensagens chave sobre adaptação e resiliência.

LINHA DO TEMPO PARA ATINGIR A AMBIÇÃO DE FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO



Corte
transversal



Ampliação do
financiamento



Aprimoramento do financiamento,
qualidade e acesso



Planejamento, política
e parcerias

19 a 23 de maio
Semana do Clima
Panamá

As partes interessadas discutem a necessidade de um Plano de ação de adaptação para melhor qualidade e acesso

15 a 17 de junho
Cúpula do G7
Kananaskis

O resultado do G7 integra a adaptação climática à resiliência econômica e prioridades de segurança global

16 a 26 de junho
SB62
Bonn

Progresso técnico no Plano de Ação de Adaptação, GGA/indicadores e avaliações do NAP, acompanhado de forte apoio político para a finalização na COP30

21 a 29 de junho
Semana de Ação Climática de Londres

Criar impulso e parcerias para demonstrar compromisso político coletivo à adaptação

30 de junho a 3 de julho
FfD4
Sevilha

O resultado do FfD4 define referências para o sucesso e permite compromissos de ação

6 e 7 de julho
Cúpula do BRICS
Rio de Janeiro

Coalizão de países anuncia política apoio à adaptação; parcerias criam uma onda de impulso para elevar a adaptação e o financiamento

9 a 23 de setembro
UNGA/NYCW
Nova Iorque

Momento criado em torno dos NDCs e NAPs para orientar o investimento em adaptação

17 a 19 de outubro
FMI/BM
Reuniões Anuais

Sinais de metas de financiamento mais ambiciosas para os bancos multilaterais de desenvolvimento, incluindo o setor privado

As IFIs demonstram progresso na reforma do IFA, inclusive no aumento da alavancagem do financiamento, medidas significativas para melhorar a sustentabilidade da dívida

Novas plataformas nacionais para Anunciada a resiliência

10 a 21 de novembro
COP30
Belém

Meta atualizada de financiamento para adaptação e múltiplas partes interessadas planos de ação anunciados

Plano de Ação de Adaptação e Estrutura dos Emirados Árabes Unidos para o Clima Global. A resiliência foi acordada e lançada, apoiada por planos e meios de implementação substanciais

Os Campeões do Clima de Alto Nível da ONU anunciam uma plataforma de múltiplas partes interessadas para apoiar o cumprimento da Estrutura dos Emirados Árabes Unidos até 2030. A maioria das partes apresenta NAPs ou NDCs com componentes de adaptação

22 a 23 de novembro
Cúpula do G20
Joanesburgo

Os resultados da Cúpula dos Líderes do G20 incluem linguagem favorável a melhorias no financiamento da adaptação

